



## VIII CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA

### 40 anos de democracias: progressos, contradições e prospetivas

---

ÁREA TEMÁTICA: Experiências Profissionais

---

#### **CONSTRUÇÕES IDENTITÁRIAS DOS SOCIÓLOGOS PORTUGUESES**

---

---

PRATACASTELO, Leonor<sup>1</sup>

Finalista da Licenciatura em Sociologia

ISCTE-IUL

[leonor\\_prata\\_c@hotmail.com](mailto:leonor_prata_c@hotmail.com)

---

### Resumo

A postura crítica inerente aos formados em Sociologia, aliada às competências e ferramentas multívocas desta ciência social, levam a que existam diferentes formas de conceber a sua natureza e o que se entende por exercício profissional da sociologia e conhecimento sociológico. Estas concepções, por sua vez, terão não só um impacto no modo de imaginar e construir trajetórias profissionais, mas também nos papéis e identidades relativas à pessoa e a sua formação; que poderão viver (des)conjugados nas várias esferas da sua vida. A presente comunicação, que apresenta os resultados de uma pesquisa de tipo intensivo-qualitativo elaborada junto de diversos profissionais com formação em Sociologia, surge através do aprofundamento e aperfeiçoamento de um trabalho desenvolvido no âmbito da Unidade Curricular Laboratório de Ética e Profissão em Sociologia, integrada no plano de estudos da licenciatura em Sociologia do ISCTE-IUL. A perspetiva adoptada desenvolve um confronto entre os processos históricos que enquadraram a institucionalização tardia da disciplina no nosso país, e os relatos de experiências profissionais dos sujeitos entrevistados, procurando interpretar as representações que fazem da sua trajetória num enquadramento teórico cruzado entre os Modelos de Cultura Profissional propostos por António Firmino da Costa e os Tipos de Conhecimento Sociológico de Burawoy. O objectivo será permitir a exploração dos modos como os formados em Sociologia poderão conceber a sua vivência do mundo social e profissional com uma postura reflexiva; tendo o potencial de alargar tanto os horizontes da sua cidadania e competência profissional, como, no caso dos que trabalham fora da academia, contribuir para o repertório do conhecimento da realidade social na qual operam. A análise desenvolvida conclui que o diálogo entre a Sociologia Pública, a Académica e a Políticas (Policies) descritas por Burawoy, possibilita uma maior qualidade e profundidade da produção científica, capacidade de identificação e eventual intervenção.

### Abstract

Due to the nature of Sociology and the reflexivity of its graduates, there is debate around the concept of professions in this field, which unfolds into what António Firmino da Costa referred to as professional culture models. These positions are related to, and have an impact upon what is considered sociological knowledge and how it is produced. In the following article, this will be explored through the analysis of Portuguese sociology graduates' professional experiences; particularly the ways in which personal, professional and academic identities interact. A relationship was found between Public Sociology and the "associative" professional culture, and it became clear how they are connected to the maturation of Sociology in Portugal. Due to this professional culture's non-purist/open approach of professional pathways, it is of the utmost importance that is incorporated and transmitted in the academia. Through the analysis of different professionals' experiences, the ways in which personal, professional and academic identity interact will be explored. It became clear that there is a relationship between the maturation of this discipline in Portugal, so-called Public Sociology practices and the "associative" professional culture, which in turn encourages the construction of professional pathways. It is of utmost importance that this is incorporated in the teaching and accumulation of knowledge in this field.

Palavras-chave: Modelos de Cultura Profissional, Sociologia Portuguesa, Auto-identificação, Profissionalização, Paradigmas Científicos.

Keywords: Professional Culture Models, Portuguese Sociology, Self-Identification, Professionalization, Scientific Paradigms.

COM0594



## 1. Nota Introdutória

A seguinte comunicação, realizada por uma aluna prestes a terminar a licenciatura em Sociologia representa o aprofundamento do trabalho final da unidade curricular “Laboratório de Ética e Profissão de Sociologia” e, mais do que isso, uma tentativa por parte da Associação Portuguesa de Sociologia, especialmente através desta secção temática, e do ISCTE-IUL – nomeadamente os professores desta cadeira, Luisa Veloso, Rosário Mauritti e António Firmino da Costa- para valorizar e integrar sociólogos pouco representados na Associação e na Academia, os estudantes e os sociólogos extra-académicos. Desta forma, o convite feito a mim e alguns outros colegas pelos nossos docentes a apresentar no seminário “Desafios à formação e empregabilidade dos Sociólogos em Portugal: Profissionalização e Deontologia”, e o desafio a candidatar-mo-nos a apresentar uma comunicação neste VIIIº Congresso Português de Sociologia, fazem parte da tradição da sociologia portuguesa da integração “de ciência e profissão [sociológica] estarem de mãos dadas, e portanto, [há] uma atenção muito particular às dinâmicas no campo profissional [ao contrário de..] muitos outros países onde há associações, ou sociedades científicas que agregam os académicos, os cientistas e os investigadores e só depois, os *practicioners*” (Carreiras, 2011).

O Laboratório em Ética e Profissão em Sociologia faz parte deste legado da Sociologia Portuguesa (idem), pois o seu conteúdo pretende que os alunos compreendam a flexibilidade laboral que o curso permite, a aplicabilidade dos saberes e competências adquiridos, conheçam o código deontológico. A avaliação final é um trabalho intensivo/qualitativo no qual os alunos entrevistam (pelo menos) um sociólogo extra-académico. Este contacto directo permite que os alunos descubram mais sobre percurso(s) pessoais e profissionais e explorem a profissionalização dos sociólogos.

No meu trabalho final, recolhi e analisei três testemunhos com experiências profissionais variadas, de indivíduos licenciados em sociologia: um jornalista, uma técnica que trabalha na Rede Social de Lisboa (da Segurança Social), e uma investigadora em estudos urbanos que fez o seu doutoramento em antropologia. No entanto, a minha análise foi guiada por um conjunto de questões que surgiram no testemunho do jornalista, que foi convidado pela docente Luísa Veloso para partilhar a sua experiência profissional numa aula. Desta forma, nesta comunicação, parto deste testemunho para desconstruir a complexidade inerente à trajectória desta disciplina científica em Portugal, os seus conteúdos (saberes, competências, etc.), os modelos de cultura profissional, os tipos de sociologia e os paradigmas da prática sociológica.

### 1.1 Um Jornalista e o seu testemunho: O Despertar da Curiosidade

Carlos<sup>ii</sup>, um jornalista, Editor da RTP, Provedor da Rádio Pública e docente de Jornalismo, ao relatar a sua história de vida profissional, alegou que “a postura do sociólogo deve ser parecida, emulada pelo jornalista [pois ambos são] especialistas em generalidades e generalistas em especialidades”. Tendo obtido anteriormente formação em jornalismo na Escola Superior de Jornalismo, aquando do seu percurso na licenciatura de sociologia como trabalhador estudante, concluída em 1989, Carlos já trilhava o caminho profissional que ambicionava, dizendo que já sabia que “queria ser jornalista, [e] não queria ser sociólogo” e que “não aderi e não me identifiquei com os meus professores e colegas”. Afirmou a importância dos saberes metodológicos (ex. observação participante), de competências (ex. “Aproximação da linguagem” dos entrevistados) e também da ética e deontologia sociológica para os jornalistas, ferramentas que mobilizou tanto no seu trabalho de reportagem de guerra (que inclusivamente desenvolveu para a sua tese de mestrado em Sociedades e Políticas Europeias) como no exercício de funções dentro das organizações públicas de comunicação social. No entanto, apesar de atestar a centralidade destes conteúdos sociológicos, da análise das ciências sociais, e de reconhecer que o jornalismo e a sociologia partilham o mesmo objecto de estudo, diz que “nunca fui um sociólogo a sério... embora gostasse de o ser”.

Este testemunho, apesar de aparentar ser incongruente, exemplifica a complexidade subjacente à identidade profissional dos sociólogos e distingue entre os saberes (aplicados) e os conhecimentos (adquiridos) pela passagem da academia para o mundo extra-académico. Para desconstruir a

complexa relação que Carlos atestou ter com a sociologia, foi necessário responder a três perguntas: 1) Quais os contextos Sociológicos -Culturas Profissionais, Ligação ao Mercado de Trabalho-Portugueses?; 2) Qual é a natureza dos conhecimentos Sociológicos e de que forma é que esta formação tem uma relação multívoca com o mercado de trabalho?; 3) Quais são as culturas profissionais Sociológicas, e que consequência têm na forma de “fazer” Sociologia?.

## **2. A Sociologia Portuguesa**

Embora a Sociologia tenha sido oficialmente estabelecida em 1901 no plano de estudos da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (Machado, 2009), o Estado Novo desconstituiu as ciências sociais (excepto a economia) pela sua natureza crítica e reflexiva relativamente à sociedade que representa uma ameaça para um regime de ditadura. Desta forma, até ao 25 de Abril, os cientistas sociais agiam subversivamente sob várias pressões e perigos, representando assim uma forma de contestação e activismo social (Baptista & Machado, 2010). A Sociologia, tal como outras ciências sociais, abriu-se finalmente na passagem para um sistema democrático, crescentemente capitalista e posteriormente parte da União Europeia, progredindo num caminho cada vez mais caracterizado pela massificação da escolarização, pela urbanização e outras componentes centrais da realidade moderna e pós moderna. António Firmino da Costa identifica assim 3 etapas de institucionalização e crescente profissionalização da Sociologia em Portugal: “Um «período de pioneiros», até 1974; um «período de institucionalização universitária» do ensino e da investigação científica, até meados dos anos 80; e «um período de constituição dos sociólogos em grupo profissional (de que estamos a dar os primeiros passos)»“ (in Machado, 1996).

Em Portugal, existem hoje cerca de 13,000 pessoas com formação em Sociologia, cerca de 2,000 dos quais são membros da Associação Portuguesa de Sociologia (Mauritti & Costa, 2014). Desta forma, apesar de “participarem nas nossas instituições sociais como profissionais e como cidadãos, de forma a darem-lhes capacidades de responder positivamente aos desafios apresentados” (Baptista & Machado, 2010), existe uma tendência dos sociólogos extra-académicos serem pouco representados e produtores de conhecimento no mundo académico. Esta tendência, em parte, poderá ser atribuída à causa identificada por Burawoy (2007): “Nós não sabemos muito sobre estes sociólogos [...] extracurriculares pois os seus praticantes raramente têm tempo para escreverem”. Na Sociografia dos associados da APS (2004), no que toca às categorias profissionais representadas, enquanto que em 1988 os académicos representam 67% dos membros em 1988, em 2004 passavam para quase metade (37%), tendo havido uma progressiva representação de outras áreas profissionais, particularmente os sociólogos inseridos em quadros técnicos (30% em 2004) e os que se inserem em outras profissões não listadas (18% em 2004). De notar é a capacidade de resposta da formação em sociologia em vários contextos laborais, tal como Silva (1999) ilustra: “parece-me mais correcto perguntar o que é que os licenciados de sociologia não podem ou sabem fazer [...] o mercado de trabalho [destes...] está longe de se circunscrever ao exercício da profissão de sociólogo [académico], cujos contornos delimitadores se orientam para a produção alargada de conhecimento analítico sobre os mais variados aspectos da realidade social”.

## **3. Controvérsias acerca da natureza da Sociologia**

As transições entre as diferentes fases do desenvolvimento da institucionalização da Sociologia “confrontam-nos com novas questões de natureza epistemológica, profissional e deontológica” (Machado, 1996), pois ao não se limitar à formação de intelectuais académicos, surgiram dois pontos de controvérsia: o dilema entre a sociologia ser uma ciência ou uma profissão, e as relações entre problemas sociais e os sociológicos (Costa, 1988).

### **3.1 Uma Ciência e/ou uma Profissão?**

Segundo António Firmino da Costa (2004), pode-se definir sinteticamente o que se entende como Ciência, Formação e Profissão em Sociologia: “a sociologia como ciência, diz respeito,

fundamentalmente, a um conjunto específico de critérios e instrumentos cognitivos, conhecimentos acumulados e práticas de investigação [...] a sociologia como formação, incide em primeiro plano sobre o sistema de ensino, sobre os cursos, graus e diplomas e, de um modo mais geral, sobre os processos de aprendizagem em sociologia. A terceira, a sociologia como profissão, reporta-se à diversidade de papéis e práticas profissionais em sociologia, assim como aos parâmetros e processos de constituição dos sociólogos como grupo profissional, incluindo aspectos relativos às suas modalidades de cultura profissional e às suas formas de associação/organização colectiva”.

Identificaram-se duas abordagens na primeira controvérsia, sendo que a essencialista defende “a noção de que quem faz sociologia não exerce uma profissão e quem exerce uma profissão não faz sociologia” (Costa, 1988), e assim apenas a investigação e a docência é apelidada como a “profissão de sociólogo” (Silva, 1999) e que “qualquer outro papel profissional não é compatível com a qualidade de ser-se sociólogo” (Costa, 1988). Desta forma, entende-se a prática sociológica como a abstração da sociedade, vindo a objectividade e cientificidade do distanciamento que se assemelha ao *ethos* científico descrito por Merton. Então como se poderão caracterizar o enorme leque de perfis dos formados em sociologia? Segundo esta perspectiva, qualquer caso que não se inserisse neste molde de trabalho académico seria designado como sendo um profissional do campo em que trabalha e não um sociólogo a exercer nesse mesmo campo, pois a sua objectividade seria destruída pelas ligações subjectivas aos contextos nos quais lida profissionalmente. Assim sendo, esta abordagem, que separa a ciência e profissão, foi denominada por Costa (1988) como sendo a cultura profissional de dissociação, “um modelo cultural em perda de velocidade no nosso país”. Por outro lado, a cultura de associação entre ciência e profissão considera que a relação entre a formação e o mercado de trabalho é multívoca e que não se trata de um “jogo de soma-nula” entre o trabalho e o conhecimento académico e o extra-académico. Desta forma, defende a natureza da sociologia como tendo uma relação “formação/profissão multívocas” (Costa, 2004), e portanto, não sendo designado apenas como uma área de formação que acede a uma profissão específica (académico/investigador/docente), mas a várias áreas possíveis de trabalho qualificado. Tal como Silva (1999) identifica relativamente ao sector terciário, “a formação em sociologia é das mais adequadas [pois tem presente...] as competências requeridas [que] se centram primordialmente, em aspectos de âmbito relacional, informativo e comunicacional”. Desta forma, poderá dizer-se que os sociólogos são “«analistas simbólicos», que se distinguem profissionalmente pelas suas suas actividades de «resolução de problemas e de intermediação estratégica»” (Reich in Machado, 1996)

Michael Burawoy (2007), na elaboração dos diferentes tipos de conhecimento e prática sociológica, defendeu a dinâmica e interdependência entre estas ao afirmar que “Sociólogos não só são simultaneamente localizados em diferentes posições, mas assumem trajetórias ao longo do tempo entre os quatro tipos de sociologia” (Burawoy, 2007). No entanto, mantém a diferenciação entre trabalho intra e extra académico. Atribui à “*professional sociology*” a criação e acumulação de conhecimento com carácter instrumental e academicista – sendo que Burawoy não defende o essencialismo entre ciência e profissão nesta área científica, chamar-lhe-emos “Sociologia Academicista-Teórica”. Este tipo de sociologia segue a forma de desenvolvimento que Kuhn identifica como ciência normal, progredindo em *research programs*, cujo objectivo é o desvendamento de puzzles, não existindo inovação, apenas aprofundamento de conhecimento dentro de paradigmas teóricos, “uma *worldview*” (in Sismondo, 2004). O segundo tipo de sociologia académica tenta criar inovação através do desenvolvimento de críticas, controvérsias científicas e debates entre correntes teóricas, e designa-se por Sociologia Crítica, ou “Academicista-Crítica”. Desta forma, pretende escrutinar as “fundações – ambas as explícitas e implícitas, tanto normativas como descritivas” (idem) do conhecimento criado pela ciência académica normal. Este tipo de sociologia fomenta a característica reflexividade comunicativa desta ciência, e o necessário e constante reajustamento à quantidade enorme de teorias, fusões e críticas – simultaneamente permitindo e exigindo ao cientista social a escolha das ferramentas e técnicas a mobilizar no seu trabalho.

Por outro lado, Burawoy identifica a Sociologia Extra-Académica de Avaliação, que procura e soluciona problemas em contextos particulares, em formato de encomenda de clientes ou entidades definidas “em torno de projectos muito concretos [ou pela] contratação destes técnicos” (Ferrão

1999). Segundo este autor, neste tipo de sociologia, a “actividade [profissional] enquadra-se mais no conceito de tecnólogo, em que lhe é exigida uma disponibilidade para novas aprendizagens e novas rotinas operacionais, no âmbito organizacional e da produção e dinamização de acontecimentos”(idem). Poderá ser inserida em diferentes níveis, micro, meso ou macro e englobando os seguintes papéis profissionais: “Conselheiro/*Sociotherapist* (micro) [...] Facilitador Grupal (micro) [...] Consultor Organizacional (meso) [...] Avaliador de Programas (meso) [...] Consultor Comunitário (meso/macro) [...] Mediador (micro/meso/macro) [...] Activista (micro/meso/macro)” (ASA, 2003). Finalmente, a “Sociologia Pública”, tem como objectivo fomentar a dinâmica de discussão e reflexão sobre a realidade social com os “outros”, os extra-académicos.

### 3.2 Conhecimentos e Saberes Sociológicos

A segunda controvérsia que surge nesta fase é a distinção entre os problemas sociológicos e os sociais, e as consequências desta. Tal como Costa (1988) anuncia, existem “implicações recíprocas entre normas de produção do saber sociológico e normas deontológicas do comportamento profissional do sociólogo”. Apesar da semelhança às normas científicas Mertonianas, entende-se que a deontologia co-existe com contra-normas e não numa comunidade (necessariamente cooperante) mas num campo social marcado pelo conflito e desigualdade (Bourdieu, 2004), embora tenha um carácter de ideal-tipo que influenciará a ciência (mesmo que por vezes mais discursivamente do que na prática). O código deontológico da sociologia portuguesa, tendo sido estabelecido em 1992, é fortemente marcado pelos seus objectivos principais: “a) Promover o desenvolvimento da Sociologia; b) Encorajar a investigação e dinamizar a comunicação e o debate científicos; promover a actividade profissional dos sociólogos; c) Incentivar e divulgar a análise sociológica da realidade portuguesa; d) Promover a integração dos sociólogos portugueses na comunidade sociológica internacional; e) Divulgar junto das instituições e da opinião pública, a natureza e os contributos da sociologia; f) Favorecer o relacionamento com outras disciplinas; g) Promover a actividade profissional dos sociólogos e garantir um adequado cumprimento do seu código deontológico.” (APS, 2008).

Podem identificar-se quatro princípios centrais deste código deontológico: “o princípio de responsabilidade – reconhecimento da responsabilidade social inerente à prática sociológica; o princípio da competência – obrigação profissional e moral de trabalhar com o máximo de qualidade e nunca romper com confidencialidade; autonomia – essencialmente a independência e imparcialidade no trabalho relativamente a qualquer entidade com que entre em contacto; auto-adesão – o sociólogo terá de escolher seguir os princípios e também nenhuma entidade poderá exigir algo que choque com os mesmos” (Costa, 1993). Este código contempla não só a relação multívoca entre a profissão e a ciência sociológica, considerando que “Os papéis profissionais dos sociólogos são vários, estão em transformação e, no respectivo desempenho, não é raro verificar-se alguma sobreposição de papéis” (APS, 1992), a pluralidade de abordagens conceptuais, teóricas e metodológicas, e o “carácter relacional, socialmente construído e mutável da realidade social” (idem). Desta forma, longe de ter como objectivo uma definição fechada do que se entende como conhecimento sociológico, e portanto evitando a mera descrição de problemas sociais e a instrumentalização pela parte de interesses de grupos sociais, tem como objectivo ser “uma referência que ajude a ultrapassar potenciais situações de dúvida ou conflito ético no exercício da actividade profissional dos sociólogos, nomeadamente os decorrentes da pluralidade constitutiva da sociologia e da sociedade” (idem). Segundo Costa (1993), a actividade profissional do sociólogo, como um analista simbólico de Reich, “passa por um procedimento-chave: o da reformulação do problema social em problema sociológico [...que] sendo uma exigência epistemológica, constitui-se também num indispensável requisito deontológico”.

Mas então de que forma é que se poderá obter e utilizar o conhecimento sociológico? Podem-se identificar duas correntes principais de entender as formas como isto acontece; a Bourdieusiana, que nos fala do *habitus* profissional e de trajectória, e a sociocognitiva, desenvolvida por Iturra e Caria.

O “*habitus* disciplinar” entende-se como o resultado da socialização no meio académico através da qual são “formados” cientistas, que permitirá que estes partilhem não só um código deontológico e o código linguístico que permite a “correcta” descrição e escolha de teorias, metodologias, conceitos e análise de resultados de uma forma compreensível para outros (Bourdieu, 2004), partilhando assim um paradigma científico, no sentido dado por Kuhn (Sismondo, 2004). Desta forma, tanto as ciências exactas como as sociais “padecem” de

limitações ao nível do paradigma e da ciência normal desenvolvida (historicamente situadas), mas também de uma subjectividade individual, naquilo que Mills chama a “adopção de um par de lentes coloridas” (Conceição, 2011), que irão guiar a sua procura de objectos de investigação, a metodologia utilizada e a interpretação dos resultados. Os sociólogos são assim igualmente sujeitos a socialização durante a sua formação, de carácter disciplinar historicamente cumulativo, geracionais e institucionais -colegas, professores, conteúdos- e tendências transversais societais (Costa, 2004). Para demonstrar o carácter geracional da universidade é necessário não só considerar os “modelos de formação em sociologia (cursos, programas, actividades de ensino/aprendizagem)” como nos relata Costa (2004), mas também “a «cultura profissional dos sociólogos» com quem [os alunos] contactam e que, certamente, influenciam a sua opinião [... que] está eivada de valores, normas e representações, estruturada por uma prática científica da sociologia configuradora de uma profissionalização de âmbito delimitado” (Silva, 1999).

No entanto, Bourdieu (2004) defende também que para além do *habitus* disciplinar que é comum a todos expostos à educação formal de uma área na geração em que se inserem, existe um *habitus* particular ligado ao trajecto, tanto profissional como pessoal, e nos diversos campos sociais. Considerada como uma perspectiva reprodutivista por Iturra, este desenvolve uma conceptualização diferente: o “meios intelectuais que permitem ao individuo saber utilizar conhecimento em geral, e portanto saber exprimir-se de modo a poder racionalizar a sua experiência social através de instrumentos-linguagens formalizados de representação e comunicação (os sistemas simbólicos em uso numa dada cultura)” (in Caria, 2007). Caria desenvolve esta perspectiva teórica através da mobilização da “dualidade entre agência/acção e estruturas sociais” (2008) de Giddens, no seu conceito de reflexividade interactiva: “que permite “desenvolver o sentido contextual em articulação com o sentido interpretativo (e estratégico), através da utilização do conhecimento abstracto na explicação do saber contextual” (Caria, 2007).

		Objectivo em mente	
		Conhecimento Adquirido	Conhecimento usado na acção
Onde e como a obteve?	Ofertas de Conhecimento	Informação	Qualificação
	Procuras de Conhecimento	Competência	Saber

Tabela 1 - Formas de mobilização de conhecimento (Caria, 2007)

Neste sentido, e tal como se pode observar na tabela adjacente, Caria desenvolveu uma tipologia das formas de conhecimento, que contém duas dimensões; o contexto no qual é adquirido e o objectivo que o individuo dará ao que aprender. Relativamente aos objectivos, identifica duas formas de conceber o conhecimento, “(a) umas centradas na aquisição, que privilegiam o conteúdo e o significado do conhecimento; (b) outras centradas no uso da acção, que podiam privilegiar a organização e formalização do mesmo” (Caria, 2007); e por outro, diferencia entre o conhecimento transmitido através de ofertas formativas, e aquele que é adquirido através da experiência pessoal e portanto no qual a procura de ferramentas será específica aos contextos reais. Cruzando estas duas dimensões, Caria elabora as 4 diferentes formas de mobilização social do conhecimento: A Informação, oferecida pela acção formativa é desligada do contexto de produção de conhecimento e adquirida de uma forma não reflexiva mas cumulativa; a Competência, por outro lado, apesar de também ser valorizada como a aquisição cumulativa de conhecimentos, sendo “conhecimento abstracto [...o que] tem origem, maioritariamente, nos conteúdos curriculares da formação académica” (Caria, 2014), por outro lado, ao contrário da Informação, terá de ser mobilizado na prática, e portanto é “uma forma de conhecimento sobre o uso de ideias gerais na resolução de problemas em contexto, ou seja, uma metacognição a partir de conhecimentos transversais” (Caria, 2014); a Qualificação, que terá de



ser obtida através da escolarização, mas que no entanto tem como objectivo ser mobilizado para legitimar e hierarquizar os especialistas de campos sociais e dos contextos profissionais; por último, o Saber é “conhecimento situado e construído na interacção social e sobre a singularidade das situações sociais (cognição situada) [...] é a forma de mobilizar conhecimento (de conhecer!) mais informalizada, intuitiva e tácita, e por isso a que mais ocorre no quotidiano de vida, podendo promover comunidades de práticas”, sendo que as competências se poderão tornar em saberes (Caria, 2007).

Desta forma, considera-se que tanto a produção de conhecimento científico como a sua mobilização estão inscritas em processos complexos nos quais estão subjacentes não só a socialização e a partilha de *habitus* disciplinares que levam a subjectividade à objectividade procurada nos métodos e conceitos utilizados, mas também o formando, não só estrategicamente, dará maior valor a certos aspectos do conhecimento, e detém agência na forma como os irá adquirir e desenvolver. O sociólogo é assim dotado de agência tanto dentro do contexto académico como nos campos sociais e contextos extra-académicos nos quais opera.

#### **4. Formas de ‘Fazer’ Sociologia**

Tendo já abordado as formas de conceptualizar a sociologia, as diferentes formas em que se constrói o conhecimento sociológico e a agência subjacente à sua mobilização, será necessário considerar com maior profundidade as formas como se “faz” sociologia. Apesar de se considerar que existe uma ligação entre os modelos de cultura profissional sociológica identificados por António Firmino da Costa e as formas como se trabalha a realidade social, esta tipologia concentra-se essencialmente na forma como se entende a ciência. A seguinte afirmação oferece uma janela para compreender isto: “o sociólogo é também um cidadão com responsabilidades sociais e cívicas às quais não se deve alhear. A ideia do sociólogo “distante”, que se protege a todo o custo de uma postura interventiva e da participação cívica e política, deve substituir-se pela posição de envolvimento relativo, ou seja, acutelado e incentivado por uma consciência reflexiva, que para além de lhe permitir uma participação crítica, o dota de importantes recursos para o seu trabalho/processo de conhecimento” (Reis, 1999). Podem-se identificar assim três questões centrais: (1) Qual a relação estabelecida com as ferramentas conceptuais e metodológicas; (2) Como desenvolver o trabalho -determinar os objectivos, as metodologias e as fontes a mobilizar para a construção do conhecimento; (3) Como o comunicar -para que públicos, de que forma e com que objectivo.

##### **4.1 Relação Social de Investigação**

Tal como se identificou na secção anterior, tanto existe um elevado nível de agência na forma como o conhecimento é adquirido e utilizado, como naquela em que este é criado, e portanto falta perguntar de que formas é que a informação adquirida poderá ser mobilizada de forma a criar competências e saberes. Para este efeito, foi adaptado o esquema criado por Caria (1999), visível no gráfico 2, que contempla as relações sociais de investigação. Ou seja, tem o intuito de compreender tanto a auto-identificação dos sociólogos com as metodologias científicas desta disciplina e outros conhecimentos formalmente adquiridos, como a forma como estes são adoptados no desempenho de funções. Desta forma, existem duas dimensões, a de Familiaridade/Distância, ou os “processos de culturalização” e Estranheza/Adopção “processos de informalização”. Desenvolvem-se assim quatro atitudes diferentes; a atitude expectante e implicante, na qual existe simultaneamente familiaridade cultural e estranheza pessoal, conjugando conhecimentos com uma fraca auto-identificação; a atitude de submissão e auto-exclusão, na qual existe distância e estranheza; atitude defensiva e formal, que apesar de representar a assimilação de conhecimento na profissão, este não é feito a partir de uma posição de proximidade, nem com o conhecimento informativo (e portanto não os ultrapassando para se tornarem competências), nem com o contexto específico, sendo assim essencialmente uma relação burocrática; e por último, a atitude de identificação, na qual o indivíduo tem uma relação de proximidade com os conhecimentos de forma contextualizada (tendo assim competências e/ou saberes) e se auto-identifica fortemente com as ferramentas que maneja, nos contextos em que se insere.



Figura 1: Atitudes face ao processo de investigação (Caria, 1999)

#### 4.2 Paradigmas do Trabalho Sociológico

Burawoy identificou uma sub-divisão complementar à sua tipologia, a que chamou “*faces of public sociology*” (2007): a Tradicional e a Orgânica. De forma sintética, pode-se definir a primeira pela divulgação a públicos extra-acadêmicos feita a partir de uma relação algo distante (sendo assim um comentador), seguindo uma lógica de “intervenção [...designada por Giddens como] um «modelo de controlo», isto é, como um instrumento unilateral” (Machado, 1996) relacionada com uma postura centrada no profissional, visto como perito que determina as necessidades do objecto de estudo, intervenção e conteúdo da comunicação com este, em vez de procurar as suas perspectivas (Dunst et al., 1991; Machado, 1996). Por outro lado, a Sociologia Pública Orgânica, “trabalha com uma conexão próxima com uma visível, densa, activa, local, muitas vezes subcultura” (idem) com a qual interage tanto no processo de criação de conhecimento como na sua transmissão (adoptando assim uma conversa dialógica). Assume assim uma lógica de intervenção ligada ao modelo dialógico de Giddens, caracterizada por “processos de comunicação alargado entre investigadores, decisores políticos e os que são afectados pelos problemas em consideração” (in idem). Retomando o conceito Kuhniano dos paradigmas científicos, contextualizado na disciplina sociológica que é marcada pela sua multiplicidade de teorias, metodologias e conceitos, venho propor que esta sub-divisão não se reserve à Sociologia Pública, mas que são modelos ideais, que têm um impacto na forma de criar e lidar com conhecimento nos vários tipos de sociologia contempladas por Burawoy. Apresento na figura 2 esta proposta.

	Público Académico	Público Extra-Académico
Objectivo Instrumental	<b>Academicista-Teórico</b>	
	Solucionar Puzzles/Ciência Normal	
	<b>Paradigma Tradicional</b> Oráculo	<b>Paradigma Orgânico</b> Aberto ao exterior
Objectivo Reflexivo	<b>Academicista-Crítico</b>	
	Fomentar a dinâmica Comunicativa e Discussão Interna-Intelectual	
	<b>Paradigma Tradicional</b> Apenas Conhecimento produzido dentro da academia	<b>Paradigma Orgânico</b> Conhecimento Intra e Extra Académico
	<b>Público</b>	
	Fomentar a dinâmica Comunicativa e Discussão sociológica fora da academia	
	<b>Paradigma Tradicional</b> Comentador	<b>Paradigma Orgânico</b> Conversador

Figura 2 - Proposta de perfis do exercício da Sociologia

Enquanto que os paradigmas se centram nas formas de exercer os conhecimentos sociológicos, os modelos de cultura profissional de Firmino da Costa centram-se na discussão à volta da essência da sociologia como ciência e profissão. Desta forma, a interligação entre estes conceitos toma lugar principalmente na relação que o sociólogo desenvolve com o conhecimento construído fora da academia. Assumindo o exemplo de um investigador, se este tiver um modelo profissional de dissociação relativamente à relação entre a profissão e a ciência, poderá apenas adoptar parcialmente o paradigma orgânico, pois poderá elaborar o seu trabalho numa relação próxima com o objecto de estudo, mas de forma limitada, pois somente dará importância a trabalho sociológico feito por académicos, perdendo uma maior profundidade dos saberes e competências que serão mobilizadas na análise de extra-académicos do campo no qual se inserem. Para além de sociólogos extra-académicos, e tendo em conta a reflexividade dos agentes sociais, da “análise e reflexão sobre o social” (Abrantes *et al.*, 2011) através de “abordagens artísticas (visuais, literárias ou musicais)” (idem) meios expressivos da introspecção. Desta forma, no desenvolvimento do seu trabalho, se o analista simbólico valorizar o conteúdo reflexivo e potencialmente sociológico destas peças, poderá incluí-lo como formas de pensar sobre as realidades sociais. Deste forma, independentemente do tipo de sociologia exercida, o modelo de dissociação tem um impacto essencial na forma em que se resolverá, ou não, o que Caria (2007) refere como o “etnocentrismo (de pessoa e de investigador)” pois se, por um lado, o académico essencialista não conseguirá ultrapassar a sua condição descontextualizada, os extra académicos poderão assumir atitudes defensivas e formais e apenas considerarem como conhecimento a informação que obtiveram durante a formação ou, poderão ter uma relação expectante e implicante com o conhecimento adquirido durante a formação, que reconhecem como sendo descontextualizado, privilegiando os saberes obtidos através da experiência profissional. No entanto, tal como os tipos sociológicos identificados por Burawoy, este autor sublinha que os paradigmas “não são antitéticos mas complementares [...] Nas melhores circunstâncias, a sociologia tradicional pública enquadra a orgânica [...] enquanto que a última disciplina, sedimenta, e direciona a outra” (2007).

## 5. Conclusão

Carlos, tendo terminado a sua licenciatura em 1989, formou-se numa altura em que a cultura profissional de dissociação prevalecia ainda entre a comunidade académica, algo que incorporou no seu *habitus* disciplinar, ao não se identificar como sociólogo e não o reconhecer no seu trabalho apesar das suas funções se enquadrarem na tipologia de Burawoy, na Sociologia Pública (como jornalista) e de Diagnóstico (nas funções dentro da Comunicação Social). Pode-se enquadrar a forma como lida com os conhecimentos sociológicos através da tipologia da relação social de investigação elaborada por Caria, pois ao distanciar-se das teorias sociológicas, e dos académicos, Carlos diferencia entre o conhecimento informativo, descontextualizado, e as competências e saberes sociológicos que valoriza no seu trabalho como jornalista, incorporando assim a relação expectante e implicante com a sua formação sociológica. Tendo em conta a forma como descreve a sua maneira de trabalhar, compreende-se que incorpora o paradigma orgânico, assumindo como central uma relação directa como jornalista de terreno, tentando não só entrevistar os indivíduos que se encontram nestes contextos como também “viver ao seu lado”, sendo também evidente pela análise dos conteúdos reflexivos de canções, que desenvolveu na sua dissertação sobre tribos urbanas. Desta forma, Carlos, preso a este datado modelo de cultura profissional, assumidamente incorpora as limitações da desconjugação entre ciência e profissão sociológica, embora de facto um olhar actual o veja claramente como um exemplo de um sociólogo Orgânico Extra-Académico.

## Referências Bibliográficas

Abrantes, Pedro, Susana Henriques, Inês Pereira e Luísa Veloso (2014). O lugar do outro na investigação sociológica: novas propostas metodológicas, CIES e-Working Paper, 176/2014, Lisboa, CIES-IUL, 22 p. (ISSN 1647-0893; Disponível em: [http://www.cies.iscte.pt/np4/?newsId=453&fileName=CIES\\_WP176\\_varios.pdf](http://www.cies.iscte.pt/np4/?newsId=453&fileName=CIES_WP176_varios.pdf))

APS, (1992) Código Deontológico. Recuperado em 5 de Junho,

2013,

de

[http://www.aps.pt/cms/files/conteudos/CD\\_APS.pdf?phpMyAdmin=af2d125c3425354aa5b3cd77ef98e683](http://www.aps.pt/cms/files/conteudos/CD_APS.pdf?phpMyAdmin=af2d125c3425354aa5b3cd77ef98e683).

APS (2004). APS - Sociografia dos Membros Associados da APS. Recuperado a 5 de Junho, 2013, de <http://www.aps.pt/?area=102&mid=001&sid=004>.

APS (2008). Estatutos da APS (2ª revisão). Recuperado em 5 de Junho, 2013, de <http://www.aps.pt/?area=102&mid=001&sid=002>.

ASA (2003). *Careers in Clinical Sociology*, American Sociological Association, Washington.

Baptista, Luís e Paulo Machado. 2010. Our (scientific) Community and Our Society: rethinking the role and dilemmas of national sociological associations - the Portuguese case. *Sociologia On Line*.

Bourdieu, P. (2004). *Para uma Sociologia da Ciência*, Lisboa, Edições 70.

Burawoy, Michael (2007). For public sociology. In Abbot, Andrew *et al.*, Public Sociology – Fifteen eminent sociologists debate politics & the profession in the twenty-first century (pp23-64). University of California Press, USA.

Carreiras, Helena (2011). *Helena Carreiras (depoimento, 2011)*. CPDOC/FGV; LAU/IFCS/UFRJ; ISCTE/IUL, Rio de Janeiro. 40 p.

Caria, Telmo (1999). A reflexividade e a objectificação do olhar sociológico na investigação etnográfica, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 55, 5-36

Caria, Telmo (2007). Itinerário de aprendizagens sobre a construção teórica do objecto saber, *Etnográfica*, Vol 11 (1) 215-250.

Caria, Telmo (2008). O uso do conceito de cultura na investigação sobre profissões, *Análise Social*, volume XIII (nº4), pp 749-773.

Caria, Telmo (2014). Saberes Profissionais e Trabalho Profissional do Gerentólogo. In Familia y educación; aspectos positivos, *International Journal of developmental and Educational Psychology*, Vol1 (2). 81-90.

Conceição, C. P. (2011). Um mundo à parte. In Promoção de Cultura Científica: análise teórica e estudo de caso do programa Ciência Viva. Lisboa, ISCTE-IUL (tese de doutoramento).

Costa, António Firmino (1988). Cultura profissional dos sociólogos, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 5, 107-124.

Costa, António Firmino da (1993). Prática sociológica e deontologia profissional dos sociólogos, In Estruturas Sociais e Desenvolvimento (Actas do 2º. Congresso Português de Sociologia), vol. II. Lisboa, Editorial Fragmentos.

Costa, António Firmino da (2004). Será a sociologia profissionalizável?. In Gonçalves, Carlos *et al.*, (orgs.), *Sociologia no Ensino Superior: Conteúdos, Práticas Pedagógicas e Investigação* (pp. 35-58). Porto, FLUP.

Dunst, Carl, Charlie Johanson, Carol Trivette and Debbie Hamby (1991) “Family-Oriented Early Intervention Policies and Practices: Family-Centered or Not?”, *Exceptional Children*, 2 (58) 115-26.

Ferrão, Humberto Nelson de Jesus (1999). O Sociólogo na Animação cultural, em contexto de Mudança: Reflexões sobre uma experiência profissional autárquica. In Carreiras, *et al.*, (orgs.) *Profissão Sociólogo* (pp. 71- 89). Oeiras, Celta Editora.

Machado, Fernando Luís (1996), Profissionalização dos sociólogos em Portugal: contextos, recomposições e implicações, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 20, 43-103

Machado, Fernando Luís (2009), Meio século de investigação sociológica em Portugal: uma interpretação empiricamente informada, *Sociologia*, 19, 283-343.

Mauritti, Rosário & Costa, António Firmino (2014), “Formação e Empregabilidade dos sociólogos em Portugal: uma perspectiva comparada das Ciências Sociais” Apresentação no VIIIº Congresso Português de Sociologia, 40 anos de Democracia(s) : Progressos, contradições e perspectivas.

Reis, Ana (1999). Reflexões em torno da construção de um papel profissional: A procura de uma «actividade sociológica integrada». *In* Carreiras, *et al.* (orgs.) Profissão Sociólogo. (Pp. 91-103) Oeiras, Celta Editora.

Silva, Rui (1999). Entre o fazer o que se gosta e gostar do que se faz: Para uma integração dos recém licenciados em sociologia no mercado de trabalho. *In* Carreiras, *et al.* (orgs.) Profissão Sociólogo (Pp. 105-111). Oeiras, Celta Editora.

Sismondo, S. (2004), *The Kuhnian Revolution in An Introduction to Science and Technology Studies*, Oxford, Blackwell Publishing.

---

<sup>i</sup> No âmbito da licenciatura tem desenvolvido trabalho nas áreas da Educação, Ambiente, Ciência e Tecnologia. Iniciou, em Outubro 2013, um Estágio de Investigação na área da Educação, no CIES, sob a tutela de Teresa Seabra.

<sup>ii</sup> Nome Fictício